ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2026.

PRESIDENTE: VEREADORA CLÁUDIO TINOCO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DAVID RIOS, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, ELIETE PARAGUASSU, FÁBIO SOUZA, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, KEL TORRES, KÊNIO REZENDE, KIKI BISPO, LUIZ CARLOS SOUZA, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, RODRIGO AMARAL, SANDRO BAHIENSE, SANDRO FILHO, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO QUEIROZ, estando licenciados os vereadores DANIEL ALVES, FELIPE SANTANA, ISABELA SOUSA e RANDERSON LEAL. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 187/26 do vereador Kel Torres, 188/26 do vereador Luiz Carlos Souza, 189/26 do vereador André Fraga, 190/26 do vereador Felipe Santana, 191/26 do vereador Alexandre Aleluia e 192/26 da Mesa Executiva; Projetos de Indicação n.s 368 e 369/26 do vereador Felipe Santana, 370/26 do vereador Sandro Bahiense, 371/26 do vereador Tiago Queiroz, 372 a

381/26 do vereador André Fraga e 382/26 do vereador Kênio Rezende; Projetos de Resolução n.s 63/26 da Mesa Executiva, 64/26 do vereador Carlos Muniz e 65 e 66/26 da Mesa Executiva; Requerimento de Utilidade Pública n. 19/26 do vereador Cezar Leite; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Felipe Santana (17 de junho), Isabela Sousa (17 de junho), Kênio Rezende (16 de junho e 121 dias a partir de 18 de junho) e Randerson Leal (16 e 17 de junho). Nos **Registros**, o vereador Ricardo Almeida criticou os preços cobrados para automóveis no Aeroporto. Defendeu que a concessionária responsável pelo Aeroporto aumentasse o tempo de tolerância para a cobrança sobre os veículos. Estendeu a ideia para estacionamentos de hospitais e clínicas. Esclareceu que era a favor do empresariado, mas, contra a incoerência de critérios. O vereador Orlando Palhinha informou sua Indicação para a gratuidade da Zona Azul em praças nos fins-de-semana e feriados. Também criticou o sistema de cobrança no Aeroporto. A vereadora Aladilce Souza comentou sobre a condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro por tentar interferir no processo sobre tentativa de golpe de estado. Narrou as ações do ex-deputado, inclusive sua ida ao exterior, e classificou sua conduta como lesa-pátria. Ressaltou a democracia e criticou a família Bolsonaro. Associou-se às reações contra as cobranças excessivas. A vereadora Eliete Paraguassu expôs que, embora o prefeito Bruno Reis houvesse decretado situação de emergência para São Tomé de Paripe, não haviam se efetivado medidas para o local. Informou que apenas eram fornecidas cestas-básicas para os moradores e apontou falta de compromisso da Prefeitura quanto à questão ambiental que essas pessoas enfrentavam. A vereadora Marta Rodrigues celebrou a condenação de Eduardo Bolsonaro. Afirmou que ele se dizia patriota enquanto tramava contra o País e usava métodos intimidatórios. Também afirmou que o Bolsonarismo confundia interesses familiares e interesses nacionais, num projeto autoritário e antidemocrático. O vereador Duda Sanches criticou a Saúde estadual. Observou que o município de Santo Antônio de Jesus

não contava com maternidade, mesmo sendo uma cidade-polo do Recôncavo, e pediu que lá fosse construída uma unidade de saúde como a Maternidade Alan Sanches. O vereador Cezar Leite rebateu as falas sobre Eduardo Bolsonaro, cujas ações defendeu, afirmando que ele defendia o Brasil. Afirmou também que pessoas ligadas ao Governo do PT tinham relações com o fraudador financeiro Daniel Vorcaro. Assumiu a Presidência o vereador Carlos Muniz, presidente da CMS, que consultou as lideranças sobre as Proposições a serem apreciadas nesta Sessão. Os líderes do Governo e da Oposição apresentaram convergência quanto a se deixarem os Projetos de Lei vereadores para serem votados após o recesso parlamentar, ficando para esta Sessão somente os Projetos de Lei do Executivo. O senhor presidente acolheu essa perspectiva. Em seguida, indagou o Plenário sobre a inversão da pauta para a votação imediata da Ordem do Dia, tendo resposta favorável. Adentrando-se a **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Projeto de Lei Complementar n. 3/26. Havendo cinco Emendas, subiu à Tribuna, para Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável a todas as Emendas. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado. Após discutido e votado, o Projeto de Lei Complementar n. 3/26 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n.148/26, do Conselho Municipal da Mulher (CMM). Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 148//26 foi aprovado até a Redação Final. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei n.153/26, do programa *Vida Nova*. Em discussão, o vereador Hamilton Assis questionou se os recursos do programa em tela efetivamente beneficiariam as pessoas necessitadas ou apenas financiariam propaganda da Prefeitura. Apontou inconsistências e a ausência de elementos que entendia essenciais aos fins norteadores do programa, relativos a questões de renda e de reparação racial. Afirmou que as empresas de propaganda receberiam mais do que os beneficiários do programa. A vereadora Marta Rodrigues informou ter oferecido emendas para aperfeiçoar o Projeto, as quais não foram acolhidas, o que motivara o seu Voto em Separado. Sublinhou

que o programa cuidava de questões raciais, o que situou como estruturante numa cidade como Salvador, de maioria negra. Contestou o modo como essa perspectiva era tratada no programa segundo os parâmetros do Estatuto da Igualdade Racial. Apontou falta de discussão com a sociedade civil, inclusive os movimentos negros, na elaboração do Projeto, o que relacionou à rejeição das emendas. Observou não haver clara disposição sobre o enfrentamento ao racismo. A vereadora Aladilce Souza declarou ser contra este Projeto embora fosse a favor de um projeto que enfrentasse as desigualdades raciais e sociais. Considerou o Projeto falho quanto a essa meta e afirmou que ele criava um "cheque em branco", por não definir critérios idôneos para o uso de recursos. Apontou violação ao princípio da isonomia. Afirmou a existência de um "jabuti", relativo a uma compensação para empresas envolvidas na execução do programa. O vereador Sílvio Humberto associou-se aos demais oradores. Observou a ausência de recortes que efetivamente criassem um caráter multidimensional ao programa. Considerou que Salvador era uma cidade rica, mas não próspera, pois a riqueza não beneficiava a maioria, e declarou que o programa reproduzia essa lógica. Criticou o modelo de participação de empresas mediante compensação, afirmando que tal mecanismo não conferia responsabilidade social a essas empresas. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 153//26 foi aprovado até a Redação Final, contra os votos da bancada da Oposição. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei n.172/26, de subsídio aos transportes. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 172//26 foi aprovado até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Hamilton Assis, João Cláudio Bacelar, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto, e com abstenção da vereadora Eliete Paraguassu. Declararam voto as vereadoras Aladilce Souza (contra, avaliando que o Projeto não resolvia as deficiências do sistema de transporte e não tinha critérios idôneos), Marta Rodrigues (contra, apontando ausência de estudos técnicos, uso de recursos sem garantias e falta de discussão e transparência) e Eliete Paraguassu (que justificou sua abstenção por não ver participação popular numa formulação como esta, e

comentou sobre a situação das ilhas). A sessão foi prorrogada por 1h. Após diversas manifestações pela ordem com divergências entre edis governistas e edis oposicionistas, relativas a posicionamentos contrários ou favoráveis ao subsídio aprovado, o senhor presidente comentou sobre a necessidade desse subsídio para o transporte. Informou a projeção de que, sem o subsídio, o sistema colapsaria no mês de agosto. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei n.154/26, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Em discussão, o vereador Hamilton Assis contou ter proposto emendas, sobre as quais expôs. Lamentou a rejeição dessas emendas, pontuando que as demandas de que tratavam seguiriam existentes. Ponderou que governar envolvia prioridades. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 154//26 foi aprovado até a Redação Final, contra o voto do vereador Hamilton Assis. Na sequência, foi também apreciado o Projeto de Lei n. 192/26, o qual, após discutido e votado, foi aprovado até a Redação Final. Em seguida, foram ainda discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Resolução n.s 33/26, 34/26, 35/26, 36/26, 37/26, 38/26, 39/26, 40/26, 41/26, 42/26, 43/26, 44/26, 46/26, 47/26, 48/26, 49/26, 52/26, 54/26 (com Parecer em Plenário), 60/26 (com Parecer em Plenário), 61/26 (com Parecer em Plenário), 62/26 (com Parecer em Plenário), 63/26 (com Parecer em Plenário e contra o voto do vereador Cezar Leite), 64/26 (com Parecer em Plenário), 65/26 (com Parecer em Plenário) e 66/26 (com Parecer em Plenário); e Projetos de Indicação n.s, 137/26, 147/26, 165/26, 166/26, 168/26, 169/26, 170/26, 172/26, 174/26, 176/26, 177/26, 180/26, 181/26, 182/26, 184/26, 185/26, 187/26, 190/26, 192/26, 194/26, 196/26, 197/26, 198/26, 199/26, 202/26, 203/26, 204/26, 205/26, 206/26, 207/26, 208/26, 209/26, 210/26, 211/26, 212/26, 213/26, 214/26, 215/26, 216/26, 217/26, 218/26, 219/26, 221/26, 223/26, 225/26, 228/26, 229/26, 232/26, 233/26, 236/26, 238/26, 239/26, 240/26, 242/26, 243/26 e 382/26 (com Parecer em Plenário). Por fim, foram também discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 168/26, 169/26, 170/26, 171/26, 172/26, 173/26, 174/26, 175/26, 176/26, 177/26, 178/26, 179/26, 180/26, 181/26, 182/26, 183/26, 184/26,

186/26, 187/26 (com os votos contrários da Oposição), 188/26, 189/26 (com os votos contrários da Oposição), 190/26, 191/26, 192/26, 193/26, 194/26, 195/26 (com abstenção da Oposição), 196/26, 198/26, 199/26, 201/26, 204/26, 205/26 (com os votos contrários da Oposição), 206/26, 208/26, 209/26, 211/26, 212/26, 213/26, 215/26, 216/26, 219/26, 220/26, 221/26, 222/26, 223/26, 224/26, 225/26, 226/26, 227/26, 228/26, 229/26, 230/26, 231/26, 232/26, 233/26, 234/26, 235/26, 236/26, 237/26, 238/26 e 239/26; e Requerimentos n.s 116/26, 117/26, 118/26, 119/26, 120/26, 121/26, 122/26, 123/26, 124/26, 125/26, 126/26, 127/26, 128/26, 129/26 e 130/26. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser marcada em momento oportuno, após o recesso parlamentar.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO